

1 **SESSÃO PLENÁRIA Nº 305**

2 Dia: 10 de maio de 2023.

3 Horário: 09 h

4 Local: Casa dos Conselhos

5 **Ata nº 305**

6

7 **Conselheiros Presentes:** Elloãh Dessana Cruz-Fundação Carlos Joffre do Amaral; Luís Felipe Stancke-
8 Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; Rita de Cassia Lang- Secretária de Educação; Danielle Angeli-
9 Secretária de Política para a Mulher; Francielle Cruz de Souza-APAS; Maria Aparecida da Fonseca-Cáritas
10 Diocesana de Lages; Charles Andrade Medeiros -Secretária de Assistência Social; Jamile Araújo Yared-
11 Secretária de Assistência Social; Claudia Geremia- Secretária de Assistência Social; Fabrício Marcelo
12 Ribeiro Matos-APAE; Eduardo Pereira Lages-Secretária de Administração e Fazenda; Vanilda Correa-ASDF
13 Huan Ícaro Piran- Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; Bruna Eliane Sviercowski-Secretária de
14 Saúde; Volsiu Waltrick-Secretária de Planejamento e Mobilidade Urbana; Maria Auxiliadora Guedes-
15 usuária da política

16

17

18 **Ouvintes:** Maria Rita Werner-SMAS;

19

20 **Justificativa de Ausência:** Karla de Fátima Rodrigues-Secretária de Serviços Públicos e Meio Ambiente;
21 Jessica Cristina Dalmora-CIEE

22

23 Pauta: Abertura; Aprovação da pauta; Correspondência recebidas e expedidas; Aprovação da ata nº 303;
24 Apresentação do Plano de Trabalho do FEAS 2023; Informes da Conferência; Trabalho das comissões;
25 Agenda livre.

26

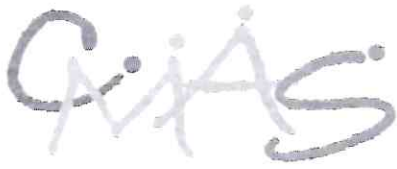
27 **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, com início às nove
28 horas, de forma presencial, realizou-se a plenária do mês de maio. A presidente coloca em aprovação a
29 pauta e acrescenta a apresentação da prestação de contas de cestas básicas. Aprovada a pauta. Maria
30 Rita inicia a apresentação e apresenta a justificativa referente a prestação de contas, do recebimento de
31 1.600 cestas básicas vindas do Ministério da Cidadania, referente a Portaria MC nº 826/2022, Ação de
32 Distribuição de Alimentos-ADA, em caráter emergencial as famílias em situação de insegurança alimentar
33 e nutricional, em virtude de calamidade do COVID. As cestas chegaram no início de janeiro, quem
34 coordenou foi o gestor anterior e era outro profissional que estava nos projetos. No ministério as adesões
35 ocorrem de um dia para o outro, é ruim, não dá tempo de organizar, a adesão foi feita sem a aprovação
36 do conselho devido ao prazo e o período de férias. Não é nosso modo de trabalho, mas já foi realizado o
37 processo e hoje ainda temos que prestar contas ao Ministério. Saliento que os recibos ficam nos
38 equipamentos, houve uma diferença de 49 cestas, o Banco de Alimentos ficou responsável por
39 recebimento e armazenamento. Eu não sei dizer onde ocorreu o furo, mas provavelmente o município vai
40 ter que repor as cestas. As cestas foram armazenadas junto com as do município, acredita-se que
41 confundiram as do governo federal com as do município. Se houve confusão do técnico no momento de
42 preencher os recibos o erro é nosso. As ILPI's receberam também. Tentou-se identificar, porém houve
43 troca de gestão e de técnico, foi no período de férias, infelizmente existe o descomprometimento, mas
44 vamos ter que averiguar onde houve falhas. Fez-se o levantamento e essa é a realidade. Huan diz que os
45 equipamentos deram conta de distribuir, falou das dificuldades no preenchimento dos recibos. Maria Rita





46 diz que nos sacos, constava a logo do governo federal, apenas havia uma diferença no produto arroz.
47 Também ocorreram avaria nos sacos, houve troca de sacos e perdeu-se o controle, percebe-se muitos
48 equívocos neste processo. A nutricionista foi quem assinou o termo. As cestas foram distribuídas até abril,
49 o prazo era de 90 dias para prestar contas, mas não aconteceu. Esse documento que apresento relata a
50 quantidade e a distribuição, cita que 16 cestas sofreram avarias no carregamento e descarregamento.
51 Identificamos que receber cestas prontas é complicado, estraga, porém foi a forma do Ministério
52 encaminhar. Faremos a prestação de contas hoje, com a assinatura do prefeito. Volsiu diz que se o
53 quantitativo bateu, a divergência é interna. Claudia pergunta se o município vai sofrer sanção, Maria Rita
54 diz que o acordo é cumprir prazos e prestar contas, com o formulário e as listas. Se não fechar os dados,
55 há uma guia de recolhimento para devolver ao Ministério, caso não cumpra, o município fica impedido
56 de receber recurso federal. Claudia diz que será encaminhado para a Auditoria todas as irregularidades
57 da secretaria. Rita faz reflexão de que as cestas vieram e foram distribuídas, houve mistura do próprio
58 com federal. Maria Rita explica que 49 cestas não tem declaração de quem recebeu, não conseguiram
59 discriminar, não se sabe se foram doadas e não pegou-se o recibo. Como não bate os dados dos
60 equipamentos, o município vai ter que devolver o dinheiro, diz a presidente. Elloah diz que não tinha
61 controle. Charles diz que muitas vezes o técnico erra na hora de registrar, diverge o recibo do registro. É
62 muito comum que não bater os dados do sistema com o controle, acredito nesta hipótese para os
63 equívocos. Charles faz reflexão sobre as cestas, esse fato é uma justificativa para eliminarmos de vez as
64 cestas e superar esta fase, fazer adesão ao cartão, faço um apelo ao conselho para avançarmos neste
65 processo. O cartão proporciona autonomia para o sujeito, tem a situação vexatória de carregar a cesta
66 por longas distâncias, é pesada e com o cartão as pessoas podem comprar os itens que desejam. Dizer
67 que o auxílio através do cartão é mais caro é falácia, fez-se um levantamento financeiro, a despesa com
68 logística de entrega de cestas é mais cara. Huan acredita que devemos fazer um encaminhamento para a
69 gestão. Rita sinaliza que adquirindo o cartão muita coisa se resolve, inclusive acaba o aspecto político de
70 troca de voto por cesta e também ter o direito de optar pelo produto. Maria Rita sugere que o conselho
71 envie a necessidade para gestão. A presidente coloca em aprovação a prestação de contas de cestas
72 básicas. Aprovada a prestação de contas de 1.600 cestas básicas recebidas pelo Ministério da Cidadania,
73 referente a Portaria MC nº 826/2022, Ação de Distribuição de Alimentos-ADA, em caráter emergencial as
74 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. Claudia diz que em 2015 estava bem
75 adiantado os encaminhamentos para adesão ao cartão alimentação, após esse período as gestões não
76 levaram adiante. Cita um dado de que nestes primeiros quatro meses já foram gastos noventa e sete mil
77 de combustíveis, as cestas incluem-se nesta a logística. A presidente comenta que com a saída das
78 cozinhas dos CRAS, já havia apontado que não iria compensar, tem toda uma logística envolvida. Na
79 sequência, Claudia faz a explanação do plano de trabalho do FEAS/2023, diz que mudou o modelo, as
80 diretorias fizeram o planejamento para esse ano, com a organização das contas novas e mediante um
81 formulário respondido pela secretaria, o estado fez o cálculo e fará o repasse. Fizemos algumas análises
82 e pretendemos por exemplo, adaptar uma Kombi que está parada desde 2011. Maria pergunta se no item
83 de manutenção, entra conserto de máquina de algodão doce, pipoqueira dos CRAS pois obtivemos a
84 resposta de que estão quebrados, somente duas estão funcionando. Claudia diz que muitas vezes não se
85 consegue fazer manutenção, fica em desuso. Esclarece que manutenção, reforma entra no custeio e
86 investimento são obras novas. Mobiliário de mais de anos é investimento (cadeiras, TV) por exemplo.
87 Charles comenta que gasto com itens que não estiverem previstos no plano não pode utilizar recurso, é
88 papel do conselho olhar o plano no momento de prestação de contas. A presidente sinaliza que a
89 prestação trimestral vai facilitar o acompanhamento do conselho. Referente ao recursos previstos para a
90 Alta Complexidade, ficaram baixos, não consegue fazer muita coisa, pois são serviços dia e noite. Como
91 temos demanda de muito frio, podemos usar o recurso para suprir estas necessidades. Tivemos o caso de





92 um idoso acolhido numa ILPI, que precisou-se fazer o traslado dele para São Joaquim. Charles comenta
93 sobre as vulnerabilidades temporárias, o retorno do Programa Minha Casa Minha Vida, para as demandas
94 habitacionais e também uma proposta dos município fazerem locações por vouchers para pessoas
95 situação de rua, com movimentações nos fundos habitacionais. Podem ser vouchers de uma semana, para
96 alugar numa parceria público privada. A presidente coloca em aprovação. Aprovado o Plano de Ação de
97 Recursos referente ao Cofinanciamento Estadual-2023 sendo: -Proteção Social Básica foi destinado o total
98 de R\$ 457.049,45(quatrocentos e cinquenta e sete mil, quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)
99 ficando 70% para custeio o valor de R\$319.934,61(trezentos e dezenove mil, novecentos e trinta e quatro
100 reais e sessenta e um centavos) e 30% para investimento o valor de R\$137.114,83(cento e trinta e sete
101 mil, cento e quatorze reais e oitenta e três centavos)-Proteção Social Especial de Média Complexidade, o
102 total de R\$ 275.098,32(duzentos e setenta e cinco mil, noventa e oito reais e trinta e dois centavos), sendo
103 70% para custeio o valor de R\$192.568,83(cento e noventa e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais
104 e oitenta e três centavos) e 30% para investimento o valor de R\$ 82.529,49(oitenta e dois mil, quinhentos
105 e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos)-Proteção Social Especial de Alta Complexidade o total de
106 R\$ 162.450,75(cento e sessenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos)
107 sendo 100% para custeio. Na sequência, Claudia apresenta a Reprogramação dos saldos de 2022 do FEAS,
108 apresenta o ofícios das diretorias, cita que é possível fazer essa aprovação enquanto se aguarda a análise
109 do técnico do estado, referente a prestação de contas. Ela sinaliza que se o município passar por sanção
110 eles vão nos apontar, o que pode ocorrer é não recebermos as três parcelas. A presidente comenta que
111 devemos resguardar os usuários, sendo aprovado enquanto se aguarda o parecer. Jamile diz que não é
112 bom para o município ter recurso parado em conta, devemos cuidar para que a gestão utilize o recurso,
113 de forma a não ter um valor alto na reprogramação. Claudia lembra que não será possível deixar restos a
114 pagar para 2024, é necessário findar o mandato com as contas pagas e deixar saldo na conta, mas nada
115 pode ser empenhado. Se não usarmos esse recurso, não vamos manter as ações nos equipamentos. A
116 presidente diz que será colocada essas justificativas na aprovação, de forma a justificar a não paralisação
117 dos serviços. A presidente coloca em aprovação. Aprovada a Reprogramação dos saldos referente ao
118 Cofinanciamento Estadual 2022, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lages/SC. Refere-se
119 a: Proteção Social Básica: custeio- R\$558.731,37(Quinhentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e
120 um reais e trinta e sete centavos). Será utilizado para alimentação exclusiva para os serviços da Proteção
121 Social Básica, manutenção e outras despesas vinculadas aos serviços da Proteção Social Básica, aquisição
122 de material de expediente e consumo aos serviços da Proteção Social Básica, aquisição de produtos de
123 higiene e limpeza e conservação e adaptação de imóvel. Investimento: R\$ 272.039,40(duzentos e setenta
124 e dois mil, trinta e nove reais e quarenta centavos) para aquisição de mobiliário e utensílios necessários
125 aos serviços da Proteção Social Básica e aquisição de aparelhos eletrônicos e de informática necessários
126 aos serviços da Proteção Social Básica. Benefícios Eventuais: R\$ 490.490,99(quatrocentos e noventa mil,
127 quatrocentos e noventa reais e noventa e nove centavos). Será destinado para vulnerabilidade
128 temporária. Proteção Social Especial de Média Complexidade: custeio- R\$ 325.097,12(trezentos e vinte
129 cinco mil, noventa e sete reais e doze centavos). Será utilizado para conservação e adaptação de imóvel
130 público, prioritariamente para o projeto da área externa (calçadas, muros, grades) da edificação do CREAS
131 I, alimentação exclusiva para os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, manutenção
132 e outras despesas vinculadas aos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade e aquisição
133 de material de expediente e consumo aos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade.
134 Investimento: R\$74.198,53(setenta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos).
135 Será utilizado para aquisição de mobiliário e utensílios necessários aos serviços da Proteção Social Especial
136 de Média Complexidade e aquisição de aparelhos eletrônicos e de informática necessários aos serviços
137 da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

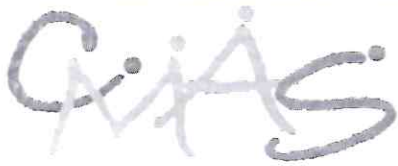


138 custeio- R\$ 229.647,09(duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais e nove
139 centavos).Será utilizado para aquisição de material de expediente e consumo aos serviços da Proteção
140 Social Especial de Alta Complexidade, aquisição de produtos de higiene e limpeza necessários aos serviços
141 da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, alimentação, conservação e adaptação de imóvel
142 público com destinação aos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, manutenção e
143 outras despesas vinculadas aos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Investimento-
144 R\$ 396.247,18(trezentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e dezoito centavos). Será
145 utilizado para aquisição de mobiliário e utensílios necessários aos serviços da Proteção Social Especial de
146 Alta Complexidade e aquisição de aparelhos eletrônicos e de informática necessários aos serviços da
147 Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Segue-se com as Correspondências recebidas: Ofício nº
148 142/SMAS. Referente a mudança do almoxarifado da secretaria Claudia diz que a mudança está
149 acontecendo hoje, o uso dos carros foi suspenso hoje, pois há uma força tarefa focando na mudança.
150 Após a organização do espaço, convidaremos o conselho para conhecer o local. O valor da locação era o
151 que seria pago no aluguel do CadÚnico. Rita diz que o município é um dos que mais gasta o dinheiro com
152 locação de imóveis, precisamos ter um centro administrativo. Huan diz que este espaço é necessário, as
153 adequações de arquivo morto e próprio almoxarifado não tinha como permanecer onde estava. Ofício
154 SASEADLA solicitando prorrogação de prazo para entrega do Plano de ação e relatório de atividades. Ofício
155 nº02/Cáritas Diocesana também solicitando prorrogação; ofício nº 001/CDH referente a inscrição no
156 conselho. Mediante a justificativa da OSC, a presidente coloca em aprovação o cancelamento. Aprovado
157 o cancelamento da inscrição do Centro de Direitos Humanos Irmã Jandira Bettoni-CDH. Ofício
158 nº192/SMAS em resposta ao Demonstrativo do Fundo do 1º trimestre. Conforme esclarecimentos
159 sanados, a presidente coloca em aprovação. Aprovado o Demonstrativo Financeiro do Fundo Municipal
160 de Assistência Social do 1º trimestre/2023. De Correspondências expedidas: ofício nº 024/CMAS. Na
161 sequência o trabalho das comissões. **Parecer:** 13ª Conferência Municipal de Assistência Social. A comissão
162 organizadora da Conferência esteve reunida no dia 03/05 e definiu os seguintes itens: Dia 06/07-
163 programação e dia 07/07-programação.Será realizada uma apresentação artística com o Coral da
164 Irmandade. As inscrições serão on line, sendo 30 vagas por eixo e terá inscrições na hora. Será
165 disponibilizado um certificado de participação e quem precisar de carga horária terá que solicitar por e-
166 mail. Ainda será verificado o palestrante. Sugere-se 2 conselheiros para cada eixo e trabalhadores da
167 gestão para o apoio aos eixos. Fez-se a sugestão de pelo menos 2 usuários por território e terá intérprete
168 de libras. Haverá café e a comissão solicitou 40 almoços para os usuários e comissão organizadora. Sugere-
169 se a confecção de 60 cartazes, para os serviços da Assistência e OSC's. A presidente coloca em aprovação.
170 Aprovada a convocação da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, que ocorrerá no dias 06 e 07
171 de julho de 2023.

172
173
174 **AGENDA LIVRE:** Não houve informes.

175
176
177 Nada mais havendo a presidente Maria Aparecida da Fonseca encerrou a reunião, eu Ana Paula Battistella,
178 Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de
179 atas e a gravação da presente salva em arquivo.

180 *Luis Felipe Gomes, Rita de Cassalari, Claudia Bettoni*
181 *Maria da S. Silva, Gilson Cruz, Adilson Marcelo Ribeiro Neto*
182 *Danielle Angelini, Francieli Cruz de Souza, Bruno Geron Junior*
183 *Jamile A. Yareel, Hano Azevedo, Lorena Charles Andrade Medeiros*



184
185
186
187
188
189
190
191
192
193

Maria Guedes, Eduardo Pereira Lages.


Maria Aparecida da Fonseca
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

